



## HETEROTOPIAS

# O PATRIMÔNIO TERRITORIAL: REALIDADE, CONCEITO E CATEGORIA DA PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICA

## Territorial heritage: reality, concept and category of conter-hegemonic praxis

DOI 10.29327/2797743.2.1-10

### RESUMO

Este texto contém uma síntese da nossa compreensão da relação patrimônio-desenvolvimento. Este último é compreendido como (des)envolvimento raiz em razão da concepção territorial que adotamos, tanto para pesquisar como para atuar, por meio da pesquisa-ação-participativa, em processos de cooperação e solidariedade. Nosso objetivo principal é problematizar o debate internacional e evidenciar a centralidade do patrimônio para a mobilização e para as conquistas das classes populares, atuando na interface universidade-sociedade, numa perspectiva territorial que consideramos contra-hegemônica. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica e empírica, tendo como base o Sudoeste do Paraná. O principal resultado que conseguimos, até agora, é a compreensão de que o patrimônio territorial é singular, plural (social e natural), portanto, (i)material, e que a pesquisa-ação-participativa é fundamental para nossa imersão territorial, contribuindo para (des)envolver o patrimônio num processo popular, ecológico e contra-hegemônico.

**Palavras-chave:** Patrimônio territorial. (Des)envolvimento. Pesquisa-ação-participativa Praxis.

**Marcos Aurelio Saquet**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-3435-8428

### ABSTRACT

This text summarizes our understanding of the heritage-development relationship. The latter is understood as root (de)involvement due to the territorial conception we adopt, both to research and to act, through participatory action-research, in cooperation and solidarity processes. Our main objective is to problematize the international debate and highlight the centrality of heritage for the mobilization and achievements of the popular classes, acting at the university-society interface, in a territorial perspective that we consider counter-hegemonic. To this end, we carried out a bibliographical and empirical research, based on the Southwest of Paraná - Brazil. The main result we have achieved so far is the understanding that territorial heritage is singular, plural (social and natural), therefore (i)material, and that participatory-action research is fundamental for our territorial immersion contributing to (de)involve heritage in a popular, ecological and counter-hegemonic process.

**Keywords:** Territorial heritage. (De)involvement. Participatory action-research. Praxis.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente cabe alertar o/a leitor/a de que este texto foi publicado originalmente em espanhol (Saquet, 2021), agora, atentamente revisado e atualizado para esta publicação em língua portuguesa. Portanto, agradecemos intensamente a autorização do editor equatoriano para fazer esta socialização no Brasil. Trata-se, desse modo, de um texto inédito, publicado quase que simultaneamente em duas línguas para facilitar sua difusão e o debate que esperamos que aconteça.

A partir dos anos 1970 e, em especial, depois dos anos 1990, a problemática ambiental tem assumido cada vez mais centralidade nos movimentos sociais e nas pesquisas científicas acadêmicas, caracterizando-se, também, com um conteúdo vinculado ao desenvolvimento territorial, inicialmente na Europa e, posteriormente, na América Latina. Nesse movimento científico e político, notamos que o debate sobre o patrimônio tem sido fundamental, às vezes evidenciando-se sua dimensão natural, às vezes suas características histórico-culturais ou, ainda, as duas dimensões conjuntamente.

Desse modo, nós optamos por compreender o patrimônio por meio de uma concepção histórica, relacional (relações sociais transversais e transescalares) e pluridimensional, portanto, o patrimônio tem significados históricos, relacionais e plurais, ou seja, econômicos, culturais, ambientais e políticos, conforme tentaremos evidenciar neste texto. Isso significa, simultaneamente, que o patrimônio é constituído histórica e geograficamente, com singularidades materiais e imateriais – compreendidas numa perspectiva (i)material -, locais e transnacionais – transterritoriais -, caracterizando-se como realidade processual e relacional, conceito interdisciplinar e categoria fundamental para a práxis de desenvolvimento “do” e “no” território (Saquet, 2019 [2007], 2015).

Nossa concepção é contrária ao “capitalismo eurocentrado e colonial” (Quijano, 2000) e tem um vínculo direto com as classes populares e com a conservação ambiental e patrimonial. Por meio da pesquisa-ação-participativa, estamos trabalhando num movimento contrário à colonialidade e ao capitalismo, contribuindo para conservar a natureza e reproduzir relações solidárias e cooperadas (Walsh, 2014 [2008]; Saquet, 2018a, 2019b, 2020).

Entendemos que um conceito é uma ideia que designa um ou mais objetos de estudo em certa problemática, revelando sua compreensão por meio dos seus componentes – do conceito – constituídos historicamente. Os conceitos, portanto, podem ser superados em virtude das mudanças sociais e em nível do pensamento; são reconstruídos cientificamente a partir da descrição e interpretação dos fenômenos e processos estudados em cada ciência. Assim, os conceitos estão vinculados às categorias: estas têm um significado epistemológico relacionado ao concreto da vida cotidiana (Sposito, 2004). Parece inevitável, desse modo, relacionar os conceitos e categorias com a teoria e a prática cotidiana, indispensável para a compreensão e realização da práxis territorial contra-hegemônica.

Nessa concepção, patrimônio, desenvolvimento e território são indissociáveis, como tentaremos demonstrar, explicitando, também, uma metodologia participativa para a práxis contra-hegemônica de desenvolvimento com base no patrimônio territorial. Esse é nosso objetivo principal neste texto que resultou da pesquisa bibliográfica e empírica, tendo como base espacial do Sudoeste do Paraná – Sul do Brasil. Nossas pesquisas e ações de cooperação se fazem necessárias em virtude da pobreza geral do povo brasileiro e, de maneira geral, latino-americano, bem como da riqueza ambiental, política e cultural desse continente, normalmente invisibilizada e explorada por grandes empresas transnacionais, degradada e subordinada à lógica mercantil da divisão internacional do trabalho, como já é bem conhecido na literatura (inter)nacional. Nossos patrimônios, escrito no plural, em virtude da sua heterogeneidade, são trunfos populares e territoriais, que precisam ser compreendidos,

representados, explicados e potencializados a favor justamente das classes populares e da conservação ambiental e patrimonial.

Quando nos referimos a essas classes, estamos considerando, de maneira especial, os povos originários – indígenas, com saberes e sabores singulares-, juntamente com os africanos, camponeses-artesãos e demais agricultores – como sujeitos fundamentais da nossa história e geografia, criadores de identidade e práticas solidárias, de dignidade, resistência e luta pela liberdade, autonomia e honra (Fals Borda, 2013 [2007]).

Todos vivem em seus territórios, que resultam (das) e condicionam as relações sociedade-natureza, ou seja, cada território é produto histórico da apropriação do espaço geográfico e influencia a continuidade da vida (social e natural). É o lugar da nossa vida cotidiana, heterogêneo interna e externamente, contém mudanças e permanências e está organizado em redes conflituosas (mercantis, industriais, financeiras e de serviços), de cooperação e solidariedade, com o grande predomínio, na sociedade capitalista, das relações sociais de disputa, dos conflitos e da hegemonia da classe dominante.

Nesse campo conflituoso, o desenvolvimento é um processo contínuo de melhoria das condições de vida das pessoas, no campo e na cidade, especialmente por meio de formas cooperativas e solidárias (Coraggio, 2004 [2000]). “[...] O desenvolvimento é uma questão cultural, cujo significado difere de lugar em lugar, na mesma medida em que as culturas são diferentes” (Boisier, 2004, p. 27). Então, numa concepção territorial como a nossa, as práticas de desenvolvimento precisam ser construídas considerando os processos culturais, juntamente com os econômicos, sociais, ambientais, institucionais e políticos, todos integrados no nível de cada território (Barquero, 2007), num movimento histórico de melhoria qualitativa das condições de vida cotidiana para certa população.

Por isso, trabalhamos com uma compreensão de **(des)envolvimento territorial raiz**, na qual reconhecemos e valorizamos cada patrimônio, tornando central o estudo aprofundado do território, compreendendo-o, representando-o e explicando-o, gerando subsídios voltados para a valorização e a potencialização das singularidades locais. Os planos, os programas e as políticas de desenvolvimento precisam partir de uma concepção política e científica que reconheça as relações sociedade-natureza, ou seja, as territorialidades e as temporalidades, as desigualdades, as identidades e as diferenças em cada território e tempo.

Isso significa envolver novamente, especialmente as pessoas que foram e são, histórica e geograficamente, colonizadas, subordinadas, invisibilizadas e exploradas, significa revalorizar os ambientes naturais e requalificar os ambientes construídos socialmente, para que as pessoas possam participar e decidir o (des)envolvimento que desejam, conforme suas necessidades e as singularidades de cada tempo e território. Por isso estamos trabalhando na construção de espaços de diálogos e reflexões, de pesquisa-ação-participativa que se caracterizam como (des)envolvimento raiz numa práxis territorial contra-hegemônica (Saquet, 2014, 2015, 2017, 2018a, 2019c, 2020).

Assim, o território, com suas transformações e permanências, é um patrimônio e o patrimônio é territorial. Degradar o território significa destruir o patrimônio e, degradando o patrimônio, estamos destruindo o território, o ambiente e parte da vida das pessoas. O território é um lugar de relações sociais, de conexões e redes, enfim, de vida, para além da produção econômica, como natureza, identidade e patrimônio cultural, por isso, é condição para habitar, viver e produzir (Saquet, 2019 [2007], 2020).

Nesse sentido, na primeira parte do texto, socializaremos uma síntese atual sobre a relação desenvolvimento-patrimônio, relacionada ao debate territorial, seguida por outra síntese da metodologia de pesquisa-ação-participativa que utilizamos em nossos projetos de pesquisa e cooperação com os sujeitos “estudados”. Portanto, acreditamos que nossa

concepção de práxis se vincula a uma proposta teórico-metodológica alternativa aos discursos oficiais e hegemônicos eurocêntricos, globalizantes e universalistas.

## A RELAÇÃO (DES)ENVOLVIMENTO-PATRIMÔNIO

Segundo evidenciamos anteriormente em Saquet (2020 [2007]), a revisão teórico-metodológica de algumas ciências sociais, em alguns países europeus, nos anos 1960-70, ocorreu com base na retomada do conceito de território sob o neomarxismo, incorporando-se as relações de poder, de dominação e resistência, as distintas apropriações do espaço, a problemática do desenvolvimento regional, a proximidade, a ancoragem territorial etc.

De maneira geral, o conceito de território torna-se mais difuso a partir dos anos 1970-80, com a chamada crise do fordismo e valorização dos distritos industriais marshallianos, reconfigurando-se com o pós-fordismo por meio dos processos localizados e contextualizados territorialmente, caracterizando um processo que Rullani (2003, 2005) denominou de “re-emergência” e “redescoberta do território”. Esse processo foi verificado anteriormente por Dematteis (1981 [1979]), que o chamou de “descoberta do território”, como conceito e realidade sócio-espacial específica relacionada aos movimentos sociais e ao desenvolvimento regional. Storper (2003) também destacou a importância do território vinculado aos processos de desenvolvimento, afirmando que este último se caracterizou, desde a década de 1970, pelos elementos tecnológicos, organizativos e territoriais, em contextos regionais e/ou transnacionais.

Isso significa, resumidamente, que os debates e as propostas de desenvolvimento precisam considerar, como argumenta Magnaghi (2000), a **coevolução** sociedade-natureza, o poder, as identidades e a sustentabilidade ambiental, isto é, o território como espaço fundamental e, por isso, patrimônio da humanidade. O patrimônio é local sem deixar de ser, ao mesmo tempo, da humanidade em geral: “o patrimônio faz o território” e o território está no patrimônio (Bourdin, 2001) por meio da atuação dos diferentes sujeitos e classes sociais.

Desse modo, território, desenvolvimento e patrimônio estão intimamente relacionados e está cada vez mais claro que o desenvolvimento se torna uma “problemática territorial”, considerando-se os processos culturais, políticos e econômicos, ou seja, sua caracterização história e relacional (Bagnasco, 1977, 1978; Dansero; Governa, 2005; Saquet, 2019 [2007], 2014, 2015, 2018, 2019c, 2020), suscitando o chamado “retorno ao território” (Becattini, 2009, 2015; Magnaghi, 2015; Saquet, 2017, 2018b, 2020). E esse “retorno” acontece no que se refere ao território como realidade de vida cotidiana, como conceito de orientação científica e como espaço de mobilização, (in)formação, luta e resistência diante do estado burguês e dos agentes dominadores do capital.

Assim, é essencial identificar os sujeitos, os fluxos, as redes, os poderes, as identidades, as desigualdades, as diferenças, os ecossistemas, enfim, as temporalidades e territorialidades que formam cada patrimônio e cada território, especialmente quando se tratam de projetos e/ou programas de **(des)envolvimento territorial raiz**. Produzir conhecimento interdisciplinar e histórico-crítico útil para as classes populares é fundamental, na perspectiva que temos construído, **do povo e para ele, e preferencialmente, com ele** (SAQUET, 2015, 2018b, 2019c, 2020).

Aqui é importante notar que esse aspecto também foi indicado por Bignante, Dansero e Loda (2015), quando destacam a necessidade de profundos estudos territoriais voltados para a cooperação com os sujeitos “estudados”, realizada por meio de ações voluntárias por parte dos sujeitos envolvidos em cada projeto e/ou programa. Há, então, diferentes concepções teórico-práticas: **sobre certa realidade e a cooperação; outra feita na (ou durante a) cooperação e, por fim, a realizada para a cooperação entre diferentes sujeitos**.

A concepção de **abordagem da cooperação** está centrada na análise das formas, dos mecanismos, objetivos e ritmos de cooperação (sujeitos, escalas, políticas, intencionalidades, filosofias, ações etc.), entendida como um fenômeno e processo territorializado, produzindo-se saberes críticos sobre certa cooperação territorial. Na concepção orientada **para a cooperação**, produzem-se, sistemática e cientificamente, conhecimentos sobre os territórios, em diferentes escalas e contextos territoriais, diretamente voltados para o desenvolvimento, ou seja, conhecimentos úteis à cooperação. Já a concepção feita **no processo de cooperação** responde a um envolvimento mais direto, de pesquisa realizada no âmbito da cooperação, entre diferentes sujeitos do campo e/ou da cidade: o próprio conhecimento produzido participativamente é um patrimônio de todos (Bignante, Dansero; Loda, 2015; Dansero, 2008; Dansero; Governa, 2003; Saquet, Dansero; Candiotti, 2012; Saquet, 2018a, 2018b).

Isso significa que, mesmo considerando o patrimônio numa concepção ampla como esta que estamos argumentando, temos diferentes opções teórico-metodológicas e políticas, mas sempre na direção de pesquisar os territórios e subsidiar, direta ou indiretamente, a concretização de projetos e/ou programas de desenvolvimento territorial dando centralidade para os patrimônios. A decisão é nossa, como professores, pesquisadores, militantes, cidadãos e camponeses, com mais ou menos compromisso político com as classes populares.

A partir da nossa opção de pesquisa e ação participativa, a qualificação da “consciência de classe e de lugar”, juntamente com a práxis territorial de cooperação e solidariedade, têm centralidade, justamente em virtude da necessidade de participação popular. A consciência de classe é sempre fundamental, em nível da organização transescalar (do local ao global, sempre que necessário e possível), porém, esta não é suficiente, conforme demonstram nossas pesquisas empírico-reflexivas (Saquet, 2017). É necessário, considerando-se a gravidade da precariedade das condições de vida de milhões de pessoas, no Brasil e no restante da América Latina, bem como o acelerado processo de degradação ambiental, criar, fortalecer e qualificar a “consciência de lugar”, como também argumentam Becattini (2009, 2015), Magnaghi (2000, 2015) e Becattini; Magnaghi (2015).

Por meio da consciência de classe e de lugar, estamos estimulando a ampliação e qualificação da práxis popular de luta e enfrentamento do estado burguês e dos agentes do capital; intensificando a participação social em nível do lugar, reproduzindo-o como território de mobilização, compromisso político e luta, mas também – como território – de convivência com relações comunitárias, de fato, mais humanas, cooperadas, solidárias e ecológicas. Os habitantes precisam se sentir conhecidos e reconhecidos, valorizados e pertencentes ao lugar de vida cotidiana.

Isso também significa que queremos e precisamos muito da diminuição das pesquisas limitadas às imitações e contemplações do objeto de estudos, a diminuição das ordens e obediências, bem como da burocracia, do controle e da punição. Queremos e necessitamos muito mais criação e criatividade, respeito e diálogo, preservação e conservação ambiental e patrimonial, espontaneidade e honestidade, ensinando e aprendendo, construindo participativamente nossos próprios (des)envolvimentos territoriais raízes.

Nesse sentido, as descrições de d’Emilio e Guillot (2020), por exemplo, auxiliam nossa argumentação para a necessidade de valorização do território como patrimônio, bem como da comunidade, como espaço privilegiado para a pesquisa-ação-participativa, uma forma para a criação de sinergias entre habitantes e território. Porém, nossas experiências de **(des)envolvimento raiz** são bem mais amplas e complexas, juntamente com tantas outras latino-americanas.

**Nossa concepção é experimentada, ao longo dos anos, na práxis territorial, com um conteúdo teórico-prático popular e científico, e tem um sentido próprio e raiz, é feita para os movimentos sociais de resistência e luta, sobre eles e com eles, está no nível político do**

(des)envolvimento territorial também raiz e próprio - e não poderia ser diferente -, considerando, necessariamente, os seguintes aspectos e processos:

√ Nosso envolvimento com as causas de luta popular, com compromisso participativo e respeito dialógico, ativando-se/motivando-se mutuamente.

√ A (in)formação continuada, na interface universidade-sociedade local, em virtude do nosso inacabamento e da constante aprendizagem que acontece dentro e fora da universidade.

√ A necessidade de descolonização das mentes e das práticas, feita na práxis territorial, popular e contra-hegemônica.

√ A ancoragem cultural e política, bem como a proximidade (organizacional, filosófico-política e ecológica) realizada preferencialmente por meio das redes curtas de cooperação e solidariedade, valorizando-se e preservando-se, portanto, os vínculos comunitários e o patrimônio territorial no seu conjunto (social-natural, [i]material/pluridimensional).

√ A mobilização de classe e de lugar, juntamente com o enfrentamento político, tendo em vista a descolonização e contra-hegemonia, bem como a preservação e/ou conservação ambiental.

√ A conquista do máximo possível de autonomia decisória, tendo em vista a sustentabilidade política de cada experiência de (des)envolvimento, com a participação de distintos sujeitos e grupos sociais, valorizando e potencializando a auto-organização e a autogestão por parte dos sujeitos de cada projeto e/ou programa de práxis territorial e (des)envolvimento próprio.

Nesse (des)envolvimento territorial raiz que estamos experimentando e socializando, de maneira resumida, nesta oportunidade, o território é fundamental, conforme já mencionamos, em virtude das suas singularidades (sociais-naturais ou pluridimensionais) e de cada contexto articulado a outros níveis escalares, sobretudo no regional. Em cada território, a diversidade (interna e externa) tem essencialidade, juntamente com sua especificidade e com a auto-organização ali existente, processo fundamental na construção da sustentabilidade ou “autossustentabilidade” do desenvolvimento territorial (Dematteis, 2008).

Eis porque, em cada território, há um patrimônio dos habitantes e das pessoas que por ali transitam, essencial para nossa reprodução biológica, social e espiritual. Então, está claro que a gestão do desenvolvimento precisa ocorrer, necessariamente, em nível de cada território e de forma transterritorial, transtemporal, dialógica, participativa, científica e popular. Concepção esta que requer uma metodologia de pesquisa e ação específica, conforme evidenciaremos na parte final deste texto.

O que estamos afirmando, de maneira bem simples, é que o território é essencial para nossa reprodução, e é resultado sócio-histórico e natural e, requalificá-lo é fundamental, considerando os conflitos e as diferenças, as identidades e as desigualdades, juntamente com as técnicas e tecnologias e demais conhecimentos cotidianos. Como patrimônio de todos/as, onde há “poderes fortes”, dominadores e insurgências, resistências populares, o território é constantemente reproduzido (Dematteis, 1999), aspecto que se objetiva também no patrimônio, conforme detalharemos a seguir.

O patrimônio territorial, segundo Dallabrida (2020), numa síntese adequada e atual, corresponde ao produto histórico e multidimensional, ou seja, natural e social: um “todo histórico-cultural e socioeconômico-ambiental” que envolve conhecimentos, associativismo, instituições públicas e privadas etc., que esse autor sintetiza da seguinte maneira: patrimônios produtivo, natural, humano e intelectual, cultural, social e institucional; esses patrimônios formam os “ativos e recursos” materiais e imateriais de cada território.

Concepção esta que, apesar do peso da literatura italiana, nas argumentações de Valdir Dallabrida - especialmente de Alberto Magnaghi -, tem uma íntima relação com enfoques construídos na França, onde é muito comum correlacionar o patrimônio com os “recursos” de cada território, compreendido como condição da existência humana, com suas dimensões

material e imaterial (elementos institucionais, produtivos, comportamentos, organizações, identidades, ciência e técnica) em cada território (Nieddu; Vivien, 2010 [2000]).

Entre a França e a Itália parece haver certa identidade de abordagem do patrimônio territorial, pois é recorrente, na literatura italiana, compreender-se o patrimônio como uma acumulação histórica que contém diversidade cultural, identidades, bem como criatividade, inovações, conhecimentos, enfim, distintos modos de viver. Cada modo de vida tem seu patrimônio vinculado a certo território (Dematteis, 2008).

Isso já sinaliza que não se trata de concepções economicistas, pelo contrário, o patrimônio territorial é composto por amplos processos que coevoluem conjuntamente, conforme destaca Dallabrida (2020), na relação sociedade-natureza e, por ser patrimônio, o território é um “bem comum” a ser conservado para as gerações futuras por meio da “patrimonialização proativa” ou não (Dematteis, 2008; Cerdan, 2009; Dallabrida, 2020). Assim, o patrimônio herdado do passado pode ser ativado (de diferentes maneiras) nos processos de desenvolvimento, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de cada território.

Numa direção muito parecida, Cerdan (2009) entende o patrimônio territorial considerando a “diversidade biológica e cultural” de certo território, caracterizando-o também como um “recurso” diferenciador de produtos e territórios, como ocorre com a carne bovina do Pampa do Rio Grande do Sul (Brasil), com o vinho do Vale dos Vinhedos, também no Rio Grande do Sul, com os vinhos dos Vales da Uva Goethe, em Santa Catarina etc. Esses processos revelam estreitas relações entre ecossistemas e povoamento, entre cobertura vegetal, criações de animais e cultivações dos parreirais, entre relevo, insolação e cultura, entre tradição e inovação.

Aliás, parece recorrente o entendimento do patrimônio com suas dimensões material e imaterial, natural e social, vinculado à memória individual e/ou coletiva, como se percebe na argumentação de Huertas Calvente (2018) que, com significativa influência do geógrafo Milton Santos, também reconhece a existência de patrimônios fixos e fluxos, com mudanças e permanências redefinidas historicamente.

O patrimônio territorial – e isso está claro – tem alguns significados específicos, ou seja, é formado por elementos naturais e sociais (culturais, políticos e econômicos), materiais e imateriais; é constituído ao longo do processo histórico de apropriação do espaço geográfico e contém, como invariantes no tempo e no espaço, mudanças e permanências; é singular a cada território e, por isso, não pode ser reproduzido como tal. Por fim, como “bem comum” a todos os seres vivos, precisa ser preservado e/ou conservado, justamente de acordo com sua diversidade e com suas singularidades autossustentáveis.

Desse modo, o patrimônio corresponde a uma sedimentação histórico-geográfica de longa duração; é considerado um “bem cultural” onde há capacidade artesanal e comercial, museus, universidades, memórias, técnicas, tecnologias, relações de cooperação, associações locais, prefeituras municipais, identidades e comportamentos comunitários, tudo compreendido como potencialidades para o desenvolvimento local (Dematteis, 2003; Dansero; Governa, 2003). O patrimônio também pode ser considerado uma “tradição viva” com possibilidades de viabilizar projetos coletivos com base nas relações socioambientais e transescalares de cada território (Dematteis, 2003).

Por fim, de maneira geral, consoante já indicamos na introdução deste texto, o patrimônio é uma realidade fundamental para a reprodução da nossa vida social-natural, sempre vinculada a cada território, bem como conceito e categoria para uma práxis territorial contra-hegemônica, portanto, de base popular, local e ecológica e contrária aos grandes projetos de investimento de capital. Como realidade, conceito e categoria, o patrimônio tem diferentes dimensões sociais e naturais, materiais e imateriais, históricas e atuais, locais e

transterritoriais (Quadro 1), dimensões estas que precisam ser, necessariamente, revistas, discutidas, atualizadas, detalhadas, coproduzidas de acordo com os objetivos, com as metas, com a problemática e com a opção teórico-metodológica e política de cada projeto e/ou programa de pesquisa e ação participativa.

**Quadro 1** – O patrimônio territorial em distintas concepções

	<b>Dimensões do (des)envolvimento e do território</b>	<b>Dimensões do patrimônio</b>	<b>Patrimônio</b>	<b>Territorial (transterritorial)</b>
<b>PATRIMÔNIO</b>	- Econômica	- Social	- Realidade social-natural e (i)material.	<b>Sócio-natural (pluridimensional)</b>  <b>(I)material</b>  <b>Histórico-relacional/reticular (passado-presente-futuro = transtemporal)</b>
	- Política	- Natural	- Conceito da concepção de pesquisa <b>da/sobre</b> a cooperação.	
	- Cultural	- Material		
	- Ambiental	- Imaterial		
	- Transtemporal	-Temporal (histórica, relacional)	- Categoria analítica e de gestão da concepção voltada <b>para a</b> cooperação.	
	- Transterritorial	-Espacial (geográfica, relacional)	- Práxis de (des)envolvimento territorial raiz <b>(na/durante a cooperação)</b> .	
		- Local		
		- Global		

**Fonte:** Elaboração de Marcos Saquet, dezembro de 2020.

O patrimônio é, para nós, conceito e categoria de análise, realidade a ser estudada, preferencialmente, na perspectiva da pesquisa-ação-participativa, bem como território-patrimônio de (in)formação, resistência, luta e enfrentamento diante dos agentes colonizadores, exploradores e expropriadores, do estado burguês e do capital.

Desse modo, a participação das comunidades no processo de identificação e valorização de cada patrimônio é fundamental, especialmente para que possam conquistar autonomia decisória e potencializar sua própria cultura e gestão (Cury, 2019). A liberdade precisa ser construída por meio das redes de cooperação e solidariedade para combater as desigualdades e diferenças, num movimento voltado para a criação e/ou valorização da auto-organização e do autogoverno (Coraggio, 2004 [1987]; Saquet, 2017, 2020).

## **UMA METODOLOGIA POPULAR E TERRITORIAL**

Um dos limites percebidos na concretização de projetos e/ou programas de (des)envolvimento territorial raiz, tendo como base o patrimônio local supracitado, está justamente na metodologia de pesquisa e operacionalização das ações de (des)envolvimento. Normalmente, trabalha-se de maneira dedutiva, burocrática e assistencialista, desconsiderando-se as singularidades (sociais, naturais, históricas, geográficas, cosmológicas etc.) de cada território, os sujeitos, seus saberes e suas técnicas, suas identidades e seus ecossistemas.

Então, nos últimos 10 anos, temos avaliado nossa práxis de (des)envolvimento realizada na perspectiva da interação universidade-sociedade local, isto é, da pesquisa-ação-participativa (ciência-saber popular), por meio da qual construímos, popular e

participativamente, alguns projetos de práxis territorial contra-hegemônica (Saquet, 2015, 2018a, 2019c, 2020). Como o patrimônio é territorial e os projetos e/ou programas precisam ser feitos para e com os habitantes de cada território, parece-nos claro que a metodologia de pesquisa e ação também necessita ser territorial e popular. Essa é uma das aprendizagens que tivemos até o momento que, embora pareça simples, muitas vezes, a relação ciência-saber popular-território tem sido desconsiderada no meio acadêmico.

Entendemos que a concepção de pesquisa e ação precisa ser, ao mesmo tempo, crítica e utópica, para construir “espaços de esperança” (Mignolo, 2003 [2000]) a favor da vida de todos (humanos e não humanos), a partir da diversidade dos sujeitos, das suas linguagens, histórias, experiências, temporalidades, territorialidades, memórias, técnicas, dos seus valores, saberes, sabores etc. Trata-se de um processo que consideramos necessariamente popular, de base local e ecológica, realizado com as pessoas, especialmente com as negadas e oprimidas histórica e geograficamente nos processos colonial, imperial e moderno.

Despertamo-nos para participar e contribuir no processo de descolonização das mentes e das práticas, na construção de uma comunicação intercultural, de intercâmbio de experiências, sobretudo com os significados práticos da liberdade para produzir e criticar, contribuindo para se livrar da discriminação e exploração da colonialidade europeia (Quijano, 1992).

Despertamo-nos e renascemos trabalhando com os sujeitos mais simples e humildes, do campo e da cidade, num movimento que pode ser denominado de “próprio e autêntico” (FALS Borda, 2013 [2001], 2013 [2007]), construído, metodologicamente, por meio da *Investigación-Acción-Participativa* (IAP), com nossa participação social tanto nas pesquisas como nas ações territoriais.

Nesse sentido, acreditamos que construímos, ao longo do tempo, conhecimentos centrados em realidades singulares e problemas próprios, úteis para as classes populares, tentando contribuir para libertá-las da exploração, opressão e submissão a partir de uma “ciência popular” (Fals Borda, 1981, 2013 [2007]; Saquet, 2019c, 2020). A ciência popular é uma práxis contra-hegemônica, pois está vinculada aos sujeitos mais simples e humildes de cada território, no tempo e no espaço, realizada na interface entre ciência acadêmica e saberes populares, vinculada diretamente com a resolução dos problemas populares e ambientais (Saquet, 2019a, 2019b, 2020).

Isso significa que nós estamos pensando e trabalhando, desde 1996, com os sujeitos do povo, nos territórios que estudamos (urbanos e rurais), numa relação sujeito-sujeito, embora com muitas dificuldades cotidianas, tanto infraestruturais como cognitivas, políticas e financeiras.

Optamos, em cada projeto, pela metodologia participativa desde a coleta dos dados, passando pela discussão da metodologia até o planejamento e realização das ações voltadas para o (des)envolvimento territorial raiz. As premissas básicas dos nossos projetos de pesquisa-ação-participativa foram a participação social continuada (em reuniões, assembleias, oficinas, cursos, cartografias sociais, pesquisas e ações comunitárias permeadas pelo debate dos “sonhos”, imaginando uma vida melhor), a auto-organização e (in)formação, a interdisciplinaridade, a sustentabilidade ambiental, bem como a preservação do patrimônio territorial de cada comunidade rural ou bairro urbano onde trabalhamos.

São atividades de pesquisa e ação que realizamos dentro e fora da universidade, envolvendo distintos sujeitos urbanos e rurais, de diferentes formações acadêmicas e de distintas instituições (públicas, ONGs, sindicatos e associações de trabalhadores), trabalhando juntos para superar dificuldades e limites, valorizando-se e potencializando as singularidades territoriais, a solidariedade, a participação, as redes curtas de produção e comercialização agroecológica e a auto-organização. Trabalho esse feito com base na pesquisa bibliográfica e

documental, na coleta e análise dos dados secundários municipais (sobretudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na realização das entrevistas, assembleias e oficinas, bem como na aplicação dos questionários (SAQUET, 2018b, 2020).

De maneira geral, com orientações teórico-metodológicas de Fals Borda (1978, 1981, 2013 [2007]) e Freire (2011 [1996], 2011 [1974], 2016 [1992]), esse processo foi realizado da seguinte forma: i) consideramos a “devolução” sistemática do conhecimento com compromisso e formação de novos conhecimentos, construídos na interface universidade-sociedade local, ciência-saber popular; ii) uma comunicação diferenciada, apropriada e simples (para cada projeto urbano e/ou rural realizado); iii) efetivamos uma comunicação respeitosa, transparente e dialógica com os distintos sujeitos envolvidos em cada processo de pesquisa-ação, reconhecendo conhecimentos acadêmicos e saberes populares, conflitos locais, desigualdades, diferenças e identidades para mobilização, luta e potencialização; iv) realizamos um ritmo de trabalho participativo centrado na conversa-reflexão-ação, com humildade, utilizando técnicas para a produção coletiva de conhecimento de fácil compreensão para as “pessoas comuns” (Fals Borda, 2013 [2007]; Saquet, 2020).

Desse processo transtemporal e transterritorial, trabalhando com camponeses e moradores da periferia urbana, de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná (Brasil), resultaram várias aprendizagens, dentre as quais, destacamos:

√ A realização das reuniões para socialização e discussão das ideias de cada projeto de pesquisa-ação-participativa foi essencial, pois envolvemos os sujeitos urbanos e/ou rurais, especialmente camponeses, operários, sem trabalho, estudantes, sindicalistas e ONGs, assumindo compromissos com diferentes grupos sociais, em cada projeto realizado.

√ A definição dos projetos temáticos, das equipes interdisciplinares e interinstitucionais (ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações de trabalhadores e moradores, escolas, igrejas, grupos de jovens, clubes de mães, prefeituras municipais, secretarias estaduais etc.) também foi fundamental, colaborações sem as quais não teríamos conseguido realizar as pesquisas participativas e, muito menos, as ações de cooperação com os sujeitos “estudados” em cada projeto.

√ A discussão interdisciplinar se revelou bastante plural, diversa e complementar, fortalecendo a concepção de análise e ação adotada em cada projeto, redefinindo os procedimentos de trabalho (também de pesquisa e ação) por meio de reuniões temáticas, observação participante, cartografia social, oficinas, seminários, assembleias etc.

√ A definição conjunta das coordenações e subcoordenações de cada projeto também valorizou os diferentes sujeitos da sociedade civil e da universidade, considerando sempre uma composição interdisciplinar e interinstitucional.

√ A redação de cada projeto de pesquisa-ação contribuiu para qualificar nossas equipes, especialmente as lideranças políticas locais e nossos estudantes universitários, pois trabalhamos de maneira horizontal e dialogada, considerando sempre as prioridades (econômicas, políticas, culturais e ambientais) dos sujeitos de cada projeto.

√ A socialização, o debate e a escolha dos instrumentos de pesquisa com a participação dos representantes da população local foi extremamente enriquecedora política e culturalmente: conversando, decidimos juntos a forma mais adequada para coletar os dados, analisar, escrever os diagnósticos, estabelecer as reivindicações e ações mais urgentes etc. Isso também foi decisivo para valorizar os sujeitos do campo e da cidade, que passaram a se sentir mais presentes em cada projeto, com possibilidades de decisão e construção conjunta.

√ Também aprendemos muito convivendo com os camponeses e moradores urbanos por meio da coleta e análise dos dados empíricos do território de vida cotidiana, com nossa participação continuada nas pesquisas e nas ações, juntamente com pelo menos parte dos habitantes locais

e dos demais colaboradores. Produzimos os relatórios (diagnósticos participativos) debatidos com os moradores urbanos e/ou rurais de cada projeto.

√ A convivência também esteve presente na realização das oficinas temáticas, dos dias de campo teórico-práticos, das atividades (in)formativas (cursos), das reuniões reivindicativas, das viagens de intercâmbios etc., reunindo pessoas de diferentes faixas etárias, sexualidades, cores, religiões, níveis escolares etc., principalmente para mobilizar a população local e se fortalecer na luta para conquistar o que os grupos sociais precisavam.

√ Realização sistemática de reuniões de planejamento, analíticas e de avaliações das ações participativas também contribuíram para ampliar e qualificar nossa identidade política de luta, resistência e enfrentamento diante dos agentes do capital e do estado burguês.

√ Já a realização das assembleias de debates, integração e decisão das prioridades de luta e contra-hegemonia (o que, como, onde, quem, quando, recursos financeiros e logísticos etc.) contribuíram para aumentar a participação popular, para ativar suas territorialidades e para valorizá-los como sujeitos que podem e devem decidir seu presente e futuro. As assembleias foram espaços de reordenamento do poder, pois foram feitas num nível horizontal de debate e decisões coletivas.

√ Outrossim, aprendemos que a mobilização e auto-organização para as ações reivindicativas (sempre pluridimensionais) são fundamentais, para enfrentar e lutar contra as injustiças e desigualdades, colaborando diretamente na resolução de problemas locais. Nunca desconsideramos a centralidade do poder público (federal, estadual e municipal), pelo contrário, sempre criticamos, propomos e reivindicamos organizadamente o que os sujeitos de cada projeto decidiam nas assembleias deliberativas.

√ Também foi vital o acompanhamento analítico, avaliativo e reflexivo das ações realizadas em cada projeto, refazendo e ajustando o que era necessário para atingir os objetivos e as metas definidas com os sujeitos de cada projeto.

√ Por fim, a produção de conhecimento popular, aconteceu em três níveis principais: i) nas equipes de trabalho de cada projeto, com participação dos diferentes sujeitos pesquisadores e “pesquisados”; ii) nas equipes, entre os pesquisadores; iii) entre os próprios sujeitos “estudados” (Saquet, 2019a, 2019b, 2020).

Sucintamente, as premissas e os princípios de cada projeto foram transformados em diretrizes e práticas, por meio das discussões feitas com os sujeitos do campo e da cidade, com as lideranças políticas locais e com os grupos de moradores de cada território, apreendendo e valorizando suas linguagens e técnicas, seus saberes e patrimônios herdados dos seus antepassados. Trata-se de um trabalho de pesquisa e ação ancorado territorialmente, cooperado e solidário, realizado na interface universidade-sociedade-local, ciência-saber popular.

Isso tem possibilitado a análise crítica e contra-hegemônica de cada realidade territorial e a transformação territorial também contra-hegemônica e reflexiva (Saquet, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2020). Trata-se de trabalhar, ao mesmo tempo, de forma integrada, com conhecimentos científicos e populares (dos camponeses, movimentos sociais, indígenas, operários urbanos etc.), num “encontro de saberes” técnicos com as gentes (Coraggio, 2004 [2000]).

Desse modo, as metodologias participativas têm se demonstrado fundamentais para compreender, representar, explicar e orientar a construção de projetos contra-hegemônicos de (des)envolvimento raiz, nos quais o patrimônio territorial tem sido central, seja urbano e/ou rural, definido no âmbito de cada projeto de pesquisa-ação-participativa. Entre as metodologias participativas, há destaque, em nossa prática, para:

- i) A cartografia social e temática, como parte da IAP, para resgatar a “cartografia verbal” dos camponeses e habitantes da periferia urbana, das suas memórias ancestrais, como instrumento de valorização dos sujeitos e da sua territorialização por meio da luta, na qual, o reconhecimento territorial é fundamental (Melin; Mansilla Quiñones; Royo, 2016). A cartografia social é territorial, pois precisa ser participativa e criativa, aspectos que somente podem ser trabalhados com os sujeitos da cartografia de cada território, considerando seus múltiplos aspectos políticos, culturais, ambientais e econômicos (González *et al.*, 2015).

*A través de esta metodología se busca poner en valor el conocimiento propio, los saberes, sentires y pensares que se construyen desde la perspectiva de las comunidades. De esta forma, la investigación acción participativa cuestiona el formato tradicional de investigación científica de carácter vertical promoviendo la construcción horizontal del conocimiento, promoviendo el diálogo entre los saberes de las comunidades y el saber científico (Melin; Mansilla Quiñones; Royo, 2016, p. 9).*

- ii) A aplicação dos questionários e das entrevistas para coletar dados quantitativos e informações qualitativas sobre os indivíduos, suas famílias, seus estabelecimentos rurais, suas residências urbanas e suas comunidades, bem como sobre as principais redes nas quais participam cotidianamente para produzir, comercializar, lutar, resistir e enfrentar os agentes econômicos e políticos hegemônicos.
- iii) A realização das oficinas, como dias de atividades prático-teóricas, realizadas nos estabelecimentos rurais dos camponeses, nas escolas urbanas e em algumas casas dos moradores urbanos. São atividades (in)formativas, científicas e populares, reunindo pessoas de diferentes faixas etárias, sexos, cores, saberes e religiões, ou seja, interculturais, técnicas e políticas.
- iv) Os intercâmbios de experiências feitos entre diferentes grupos urbanos e rurais, de distintos municípios, para conhecerem suas práticas produtivas, associativas, de comercialização, de certificação agroecológica etc., aprendendo e ensinando seus patrimônios reproduzidos historicamente e geograficamente.
- v) Os espaços de diálogos entre os diferentes colaboradores de cada projeto, reunindo representantes de instituições públicas, associativas, cooperativas, formativas e de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. “Novas relações de poder são construídas desta forma; na relação interpessoal e grupal onde as opiniões diferentes e os debates são práticas corriqueiras [...]”. (Duarte, 1996, p. 93).

Dessa forma, aprendemos e ensinamos, ou seja, cooperamos com os sujeitos estudados, compreendendo, representando, explicando e valorizando seus saberes e suas técnicas, suas mobilizações e organizações políticas. E, sim, cooperar foi um processo histórico e transterritorial da construção dialógica de cada projeto, do planejamento, enfim, do (des)envolvimento próprio, tendo em vista a melhoria das condições de vida das classes populares, bem como a preservação da natureza e do patrimônio histórico-cultural, a valorização do saber-fazer e da participação popular.

Com uma metodologia participativa como essa, temos a rica possibilidade de escutar as pessoas, de conversar com elas, de senti-las e compreendê-las da melhor maneira possível, com calma, respeito e transparência, com compromisso político e necessária cooperação para a resistência, luta e enfrentamento contra-hegemônico. Assim, trabalhando juntos, podemos contribuir para conquistar o que nosso povo necessita para viver mais e melhor, numa sociedade mais justa e ecológica.

## ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Os projetos e/ou programas de (des)envolvimento territorial raiz precisam ter, necessariamente, um caráter participativo e dialógico, científico e popular, conservando e valorizando o patrimônio territorial em sua pluralidade natural e social, material e imaterial, histórica e relacional. Valorizar os sujeitos e suas experiências é vital para ativar, na medida do possível, sinergias já existentes entre os sujeitos, grupos e classes locais.

É preciso atender, participativa e dialogicamente, as singularidades e particularidades de cada território, bem como aspectos comuns transterritoriais, em redes de cooperação e solidariedade entre diferentes associações de moradores urbanos, distintas associações de camponeses, ONGs, sindicatos de trabalhadores (urbanos e rurais) e universidades. Para isso, a compreensão do patrimônio como realidade, conceito e categoria tem sido fundamental, pois orienta a pesquisa-ação-participativa, ou seja, a análise participativa, dialógica e reflexiva das singularidades de cada território e, ao mesmo tempo, é estimuladora de uma postura política comprometida com os sujeitos “estudados” e, obviamente, com a conservação ambiental e patrimonial, tendo em vista a construção de territorialidades mais solidárias, cooperadas e ecológicas.

O significado de categoria tem um forte conteúdo político, popular e de resistência, luta e enfrentamento diante das injustiças e desigualdades sociais: o patrimônio é das pessoas de cada território. A própria (in)formação e mobilização política faz parte do patrimônio territorial. O significado de categoria está diretamente relacionado à consciência de classe e de lugar, bem como à práxis territorial contra-hegemônica. Se não for assim, o patrimônio constituirá mais uma narrativa universalista, globalizante e eurocêntrica. Então, o patrimônio territorial é um potencial para ativar o sentido de pertencimento, a solidariedade, a resistência e luta territorial, a favor da gestão democrática e participativa de cada lugar (Botía Flechas; Preciado, 2019).

A territorialização do (des)envolvimento precisa acontecer, necessariamente, valorizando-se as identidades, os movimentos sociais de resistência, os patrimônios, os trabalhos autônomo e coletivo, os espaços públicos (ruas, parques, praças etc.), as paisagens, as pequenas cooperativas de trabalhadores e consumidores, a autogestão, a auto-organização, a solidariedade, a recuperação e preservação do ambiente, a vida indígena, as relações de confiança, sem a racionalidade produtiva, mercantil e financeira das grandes empresas (financeiras, industriais e comerciais) e do estado burguês (Saquet, 2015, 2017, 2018a, 2019a, 2019b, 2019c, 2020).

É fundamental, portanto, conservar as tradições e os patrimônios de cada território, sustentando-se na cultura local e regional, orientando-se para o presente e para o futuro, satisfazendo as necessidades da população, melhorando a qualidade de vida com tecnologias ambientalmente adequadas, estimulando e concretizando a participação das populações locais (Rodríguez, 2012).

Isso significa que o (des)envolvimento territorial raiz, na práxis que estamos argumentando e realizando, precisa atender nossas necessidades fisiológicas e antropológicas, ou seja, o desenvolvimento de todos (Hinkelammert; Jiménez, 2009). Nossas práticas cotidianas, no campo e na cidade, dentro e fora da universidade, necessitam ser orientadas e concretizadas para a reprodução da vida humana e não humana, por meio de uma “pluralidade de sujeitos emancipadores” (Coraggio, 2009), construindo sinergias colaborativas na diversidade.

Muitas vezes – e isso é muito possível-, cooperamos e alteramos a realidade, participamos de uma práxis a partir de uma “utopia possível” (Fals Borda, 2013 [2007]; Bartra,

2011b) e da esperança de viver mais e melhor, no presente e no futuro, no campo e na cidade, como fizemos em nossos projetos de pesquisa-ação-participativa.

Como afirmara muito bem Ceceña (2017), a resistência e defesa popular passam, necessariamente, pela identidade “inventada na luta”, embora carregada de tradições e histórias, ou seja, de distintos patrimônios, construindo-se “sentido comum”, a partir de objetivos também comuns, para o enfrentamento contra-hegemônico político, cultural e ambiental. Estão juntas, coexistindo, tradição e inovação, participação e cooperação, diferenças e desigualdades, num único processo de práxis territorial popular, cultural, política e ecológica.

A forma menos sangrenta e mais legítima de desalentar a guerrilha como alternativa libertária é, sem dúvida, fortalecer os camponeses e suas comunidades, estabelecendo, assim, um ponto de partida para a dignificação justa e democrática da sociedade rural (Bartra, 2011a, p. 107).

Desse modo, entendemos que é extremamente vital avançar muito mais, teórica, metodológica e politicamente, no movimento “des-colonial”, como uma resposta ética, social, política e epistêmica, considerando-se outro pensamento e outra práxis (Walsh, 2014 [2008]), como essa práxis territorial de cooperação e solidariedade construída com os sujeitos de cada território, tendo como base seus patrimônios territoriais em seus (des)envolvimentos raízes.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brasil), por meio de uma bolsa de produtividade em pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie**. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BAGNASCO, Arnaldo. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell’analisi: un paradigma per l’analisi territoriale. *In*: MESSORI, M.; TRIGILIA, C.; BAGNASCO, A. **Le problematiche dello sviluppo italiano**. Milano: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial, **Investigaciones Regionales**, n. 11, 2007, p. 183-210.
- BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011a.
- BARTRA, Armando. **La utopía posible**. México, DF: La Jornada Ediciones/Editorial ITACA, 2011b.
- BECATTINI, Giacomo. **Ritorno al territorio**. Bologna: Il Mulino, 2009.
- BECATTINI, Giacomo; MAGNAGHI, Alberto. Coscienza di classe e coscienza di luogo. *In*: BECATTINI, G. (Org.). **La coscienza dei luoghi**. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.
- BIGNANTE, Elisa; DANSERO, Egidio; LODA, Mirella. Geografia e cooperazione allo sviluppo: prospettive e agende di ricerca, **Geotema**, n. 48, 2015, p. 5-24.
- BOISIER, Sergio. Una (re)visión heterodoxa del desarrollo (territorial): un imperativo categórico, **Estudios Sociales**, vol. 12, n. 23, 2004, p. 9-36.
- BOTÍA FLECHAS, Clara; PRECIADO, Jair. Resiliencia comunitaria: defensa del agua y del territorio en la cuenca del río Sumapaz, Colombia, **Revista Perspectiva Geográfica**, vol. 24, n. 1, 2019, p. 13-34.

- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CECEÑA, Ana Esther. Poder, emancipación, guerra y subjetividad. *In*: LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín (Org.). **Praxis espacial en América Latina**. Lo geopolítico puesto en cuestión. Ciudad de México: ITACA, 2017. p. 21-60.
- CERDAN, Claire. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política e Sociedade**, n. 14, 2009. p. 277-299.
- CORAGGIO, José L. Poder local, poder popular? *In*: CORAGGIO, J. L. **Descentralizar: barajar y dar de nuevo**. La participación en juego. Quito: FLACSO Ecuador, 2004 [1987]. p. 11-38.
- CORAGGIO, José L. Desarrollo local y municipios participativos. *In*: CORAGGIO, J. L. **Descentralizar: barajar y dar de nuevo**. La participación en juego. Quito: FLACSO Ecuador, 2004 [2000]. p. 159-172.
- CORAGGIO, José L. Los caminos de la economía social y solidaria. **Íconos**, n. 33, vol. 13, Quito, 2009, p. 29-38.
- CURY, Mauro Ferreira. As territorialidades do turismo e o patrimônio: Brasil, Paraguai e Argentina. *In*: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território: abordagens e transformações sociais**. Londrina, PR: Madrepérola, 2019. p. 147-160.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio Territorial: Abordagens Teóricas e Indicativos Metodológicos para Estudos Territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, ano 18, n. 52, 2020. p. 12-32.
- DANSERO, Egidio. Geografia e cooperazione allo sviluppo. Prospettive di ricerca. *In*: BIGNANTE, E.; DANSERO, E.; SCARPOCCHI, C. (Org.). **Geografia e cooperazione allo sviluppo**. Temi e prospettive per un approccio territoriale. Milano: Franco Angeli, 2008. p. 9-26.
- DANSERO, Egidio; GOVERNA, Francesca. Patrimoni industriali e sviluppo locale. *In*: DANSERO, E.; EMANUEL, C.; GOVERNA, F. (Org.). **I patrimoni industriali**. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Franco Angeli, 2003. p. 11-42.
- DANSERO, Egidio; GOVERNA, Francesca. Geografia e sviluppo locale: itinerari di riflessione e prospettive di ricerca, **Geotema**, AGEI, n. 26, 2005, p. 5-9.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Il "terreno" come lotta di classe: la "scoperta" del territorio nel 1968-69. *In*: CANIGIANI, F.; CARAZZI, M.; GROTANELLI, E. (Org.). **L'inchiesta sul terreno in geografia: geografia democratica**. Torino: Giappichelli, 1981 [1979]. p.135-144.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. *In*: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). **I futuri della città: Tesi a confronto**. Milano: Franco Angeli, 1999. p. 117-128.
- DEMATTEIS, Giuseppe. La geografia dei beni culturali come sapere progettuale. *In*: DANSERO, E.; EMANUEL, C.; GOVERNA, F. (Org.). **I patrimoni industriali**. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Franco Angeli, 2003. p. 43-52.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Si può misurare l'autosostenibilità culturale dei sistemi locali territoriali: *In*: DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. (Ed.). **Lo sviluppo locale al Nord e al Sud: un confronto internazionale**. Milano: Franco Angeli, 2008. p. 247-261.
- D'EMILIO, Luna et GUILLOT, Xavier. Le territoire au cœur de la pensée et de l'action: l'école territorialiste italienne, **Signé Pap 40**, 2020, p. 1-8. Disponível em <http://www.paysages-apres-petrole.org/articles-signes-pap/>; acessado em 30.11.2020.
- DUARTE, Valdir. **Construindo escola na roça**. Escolas comunitárias de agricultores. Francisco Beltrão, Paraná: ASSESOAR/GRAFIT, 1996.
- FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla, **Simposio Mundial de Cartagena**, Bogotá, Punta de Lanza, vol. 1, 1978, p. 209-249.

- FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: *In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.
- FALS BORDA, Orlando. Kaziyadu – registro del reciente despertar territorial en Colombia. *In: Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2001]. p. 137-218.
- FALS BORDA, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. *In: Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016 [1992].
- GONZÁLEZ Serna, Aura *et al.* **Cartografía social y territorio en los municipios de Urabá**. Medellín: CIDI-UPB, 2015.
- HINKELAMMERT, Franz e JIMÉNEZ, Henry. Por una economía orientada hacia la reproducción de la vida, **Íconos**, n. 33, vol. 13, Quito, 2009, p. 39-49.
- HUERTAS CALVENTE, Maria del Carmen. O patrimônio territorial e a perspectiva das populações tradicionais, **GeoTextos**, vol. 14, n. 1, 2018, p. 39-60.
- MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- MAGNAGHI, Alberto. La lunga marcia del ritorno al territorio. *In: BECATTINI, G. (Org.). La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.
- MELIN, Miguel; MANSILLA QUIÑONES, Pablo; ROYO, Manuela. **MAPU CHILLKANTUKUN ZUGU**: Descolonizando el mapa del Wallmapu, construyendo cartografía cultural en Territorio Mapuche. Temuco, Chile: Pu Lof Editores, 2016.
- MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales**. Madrid: Editorial Akal, 2003 [2000].
- NIEDDU, Martino; VIVIEN, Franck-Dominique. Patrimoine, territoire, développement durable. *In: ZUINDEAU, B. (Éd.). Développement durable et territoire*. Villeneuve d'Ascq, France: Presses Universitaires du Septentrion, 2010 [2000]. p. 133-142.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad, **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, Lima, 1992. p. 11-20.
- QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.
- RODRÍGUEZ, José Mateo. **La dimensión espacial del desarrollo sostenible**: una visión desde América Latina. La Habana: Editorial UH, Editorial Científico-Técnica, 2012.
- RULLANI, Enzo. Complessità sociale e intelligenza localizzata. *In: GAROFOLI, Gioacchino. (Org.). Impresa e territorio*. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 85-130.
- RULLANI, Enzo. Dai distretti alla distrettualizzazione: le forze che fanno (e disfano) il sistema territoriale. *In: BELLANCA, N.; DARDI, M.; RAFFAELLI, T. (Org.). Economia senza gabbie*. Bologna: Il Mulino, 2005. p. 111-169.
- SAQUET, Marcos. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia, **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18, 2014, p. 1-30.
- SAQUET, Marcos. **Por una geografía de las territorialidades y de las temporalidades**: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial. La Plata, Argentina: FAHCE/UNLP, 2015.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

SAQUET, Marcos. A *descoberta* do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

SAQUET, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, **IGepec**, v. 23, 2019a, p. 25-39.

SAQUET, Marcos. O conhecimento popular na praxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, **Revista GEOTEMA - AGEI**, Roma, Suplemento 2019, 2019b, p. 5-16.

SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. *In*: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). **Ambiente e território**: abordagens e transformações sociais. Londrina, PR: Madrepérola, 2019c, p. 20-40.

SAQUET, Marcos. **Enfoques y concepciones de territorio**. Bogotá: Editorial Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2019 [2007].

SAQUET, Marcos. **Saber popular, praxis territorial e contra-hegemonía**. Ciudad de México: Editorial ITACA, 2020.

SAQUET, Marcos. El patrimonio territorial: realidad, concepto y categoría de la praxis contrahegemónica. URIBE, Saul (Org.). **Visiones críticas del patrimonio cultural**: discursos, prácticas y alternativas. Quito: Editorial Universitaria Abya-Yala/UPS de la Universidad Politécnica Salesiana, 2021.

STORPER, Michael. Le economie locali come beni relazionali. *In*: GAROFOLI, G. (Org.). **Impresa e territorio**. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 169-208.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. *In*: MIGNOLO, W. (Org.). **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2014 [2008]. p. 17-51.

---

## INFORMAÇÕES DO AUTOR

### Marcos Aurélio Saquet

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5464297116879647>

---

Recebido em: 10/08/2021

Aceito em: 26/08/2021